

DA REFORMA TRABALHISTA À PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO REVISTA¹

Marley Rosana Melo de Araújo²
Iasmin Viana-Menezes³
Samara da Silva Mendes Pina⁴

Resumo⁵

A precarização do trabalho, contextualizada pelos eventos reforma trabalhista e pandemia da Covid-19, foi alvo de uma revisão integrativa para entender como comparece na produção científica nacional e os impactos produzidos pelos eventos. As buscas nas plataformas PePSIC e SciELO resultaram em 22 artigos científicos. A Análise de Conteúdo temática gerou as categorias: Antecedentes, Indicadores, Consequências, Agravamentos na pandemia, Teletrabalho e Institucionalização da precarização. A precarização do trabalho se assemelha nos dois marcos temporais, ainda que se intensifique na pandemia.

Palavras-chave: Precarização do trabalho; Reforma trabalhista; Pandemia; Psicologia do trabalho.

DE LA REFORMA LABORAL A LA PANDEMIA DE COVID-19 EN BRASIL: REVISIÓN DE LA PRECARIZACIÓN DEL TRABAJO

Resumen

La precarización del trabajo, contextualizada por los eventos de la reforma laboral y la pandemia de Covid-19, fue el objetivo de una revisión integrativa para entender como fue relatada en la producción científica nacional y los impactos producidos por tales eventos. Las búsquedas en las plataformas PePSIC e SciELO resultaron en 22 artículos científicos. El análisis del contenido temático generó las categorías: Antecedentes, Indicadores, Consecuencias, Agravamientos en la pandemia, Teletrabajo e Institucionalización de la precarización. La precarización del trabajo se asemeja en los dos marcos temporales, aunque se intensifica durante la pandemia.

Palabras clave: Precarización del trabajo; Reforma laboral; Pandemia; Psicología del trabajo.

FROM LABOR REFORM TO THE COVID-19 PANDEMIC IN BRAZIL: PRECARIOUS WORK REVISED

Abstract

The precariousness of work, contextualized by the events of labor reform and the COVID-19 pandemic, was the subject of an integrative review to understand how it appears in national scientific production and the impacts produced by the events. Searches on the PePSIC and SciELO platforms resulted in 22 scientific articles. Thematic Content Analysis generated the categories: Antecedents, Indicators, Consequences, Worsening of the pandemic, Teleworking and Institutionalization of precariousness. The precariousness of work is similar in both time frames, even though it's intensified during the pandemic.

Keywords: Precariousness of work; Labor reform; Pandemic; Work psychology

¹Artigo recebido em 07/06/2024. Primeira Avaliação em 30/01/2025. Segunda Avaliação em 27/01/2025. Aprovado em 09/03/2025. Publicado em 09/04/2025. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v23i50.63236>.

²Pós-doutora em Psicologia Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Docente da Faculdade de Administração da Universidade Federal do Pará (FAAD-UFPa). E-mail: marleyaraujo@ufpa.br.

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2058161918015980> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5161-6863>.

³Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal de Sergipe (UFS).

E-mail: psi.iasminvm@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3851847177811117>.

ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0963-7117>.

⁴Psicóloga pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: psisamarapina@gmail.com.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1789764384177501>. ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7145-8316>.

⁵Uma versão reduzida desse trabalho foi apresentada como comunicação breve de pesquisa no XI Congresso Brasileiro de Psicologia Organizacional e do Trabalho (CBPOT), realizado no período de 16 a 19 de julho de 2024, no Rio de Janeiro-RJ.

Introdução

Ao longo dos séculos, foi possível observar diversas transformações sociais, econômicas e políticas que influenciaram a vida como um todo, e em específico, no que tange aos modos de configuração do trabalho. Na história da produção capitalista de mercadorias e riquezas, é notável como o Fordismo conferiu uma planificação ao trabalho, tendo em vista o ritmo de produção, sua duração, a liberdade individual, dentre outros fatores (Oliveira, 2004). A sociedade assumia um arranjo de sociedade salarial (Druck, 2011), uma vez que o trabalho era assalariado e estável, podendo-se cogitar uma vida inteira exercendo a mesma função (Borges; Yamamoto, 2014). Esse sistema produtivo visava a maximização dos lucros, requerendo movimentos simples e repetitivos e o menor deslocamento necessário ao trabalhador na linha de montagem e no interior do processo produtivo (Koury; Melém, 2020). No entanto, apesar dos Anos Dourados do Capitalismo, na vigência do Fordismo, a crise do Petróleo, de 1970, contribuiu para uma reorganização produtiva, com a adesão a novos sistemas gerenciais e produtivos, com destaque para o Toyotismo (Araújo *et al.*, 2021). Nele, a flexibilidade inicia seu processo de difusão, fomentando características que hoje são indiscutivelmente presentes, como a maleabilidade do trabalhador e as novas configurações contratuais, mais flexíveis (Oliveira; Araújo, 2017).

A flexibilidade, portanto, ganha destaque, sendo uma grande protagonista no resultado da precarização (Nascimento; Araújo, 2021; Oliveira; Araújo, 2017). Os vínculos de trabalho devem ser capazes de oscilar em sincronia com as necessidades do mercado, levando a novas formas de contratação e fazendo com que o emprego típico deixe de predominar. No avanço do capitalismo industrial para o financeiro, apoiado em preceitos neoliberais para a consumação de um projeto de dominação planetária, consequências individuais, sociais e ambientais vão sendo colhidas (Leite, 2020). Dentre elas, a precarização do trabalho é denunciada, por diversos campos do conhecimento, como um fenômeno cada vez mais presente (Schultz *et al.*, 2022), ainda que remonte às origens do próprio capitalismo. Esse constructo, descrito com pluralidade, pode ser caracterizado por fatores como a instabilidade do emprego e a desproteção social, em conjunto com a redução do controle exercido pelo trabalhador sobre o processo de trabalho e os baixos salários (Araújo; Jesus; Rodrigues, 2019).

A precarização do trabalho pode ser caracterizada por um grupo de indicadores, descritos através de especificidades observadas em diferentes modos de subsistência. Vê-se, assim, uma precarização que atinge não apenas as populações consideradas vulneráveis, pulverizando-se para diversas áreas de trabalho (Araújo-dos-Santos *et al.*, 2018; Damascena; Vale, 2020; Gonçalves; Souza, 2022; Pauli; Traesel; Siqueira, 2019). Ela afeta, portanto, o conjunto da sociedade, embora de modo diferenciado, muitas vezes sob o eufemismo de novas formas de trabalho (Antunes, 2014).

A realidade laboral precarizada gera consequências diretas na vida diária, que podem assumir a natureza de impactos físicos e subjetivos. Nessa lógica de reestruturação, as lesões por repetição vão dando espaço para sintomas ilustrativos de psicopatologias. As condições precarizadas de trabalho suscitam desgastes emocionais que facilitam o surgimento de adoecimento psicológico e orgânico, como quadros depressivos, esgotamento profissional ou *Burnout*, e reação ao estresse agudo (Araújo; Morais, 2017).

Ainda que a precarização seja um processo global, duas vias históricas podem ter marcado a trajetória da precarização do trabalho no Brasil. A primeira foi em 2017, configurada pela reforma trabalhista, com a mudança na legislação que regulamenta as condições de trabalho; e a segunda, no início de 2020, instaura-se com a pandemia de Covid-19, um vírus altamente transmissível, trazendo mais mudanças nas relações de trabalho (Leite, 2020).

A reforma trabalhista é um assunto complexo e multifacetado, que levanta questões importantes sobre os direitos dos trabalhadores. Prezando pela melhoria das condições de trabalho e promoção de justiça social, premissas defendidas pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), uma reforma trabalhista buscaria modernizar o sistema de trabalho, adaptando-o às demandas e desafios do mundo contemporâneo. No Brasil, a reforma foi pensada em um cenário de crise econômica e política, e teve como finalidade produzir uma legislação mais flexível, que promoveria a criação de empregos através de recursos como contratos intermitentes, ampliação de jornadas de trabalho parcial e extensão da terceirização para as atividades-fim (Airosa, 2022; Araújo *et al.*, 2023).

Seis meses após ser apresentada pelo governo do presidente Michel Temer (2016-2018), a reforma trabalhista foi sancionada em julho de 2017, sob denominação de Lei nº 13.467. Entretanto, a promulgação veio acompanhada por

críticas e controvérsias, já que a mudança legislativa de diversos tópicos importantes indicava efeitos que caminham na direção inversa das proposições da OIT para um trabalho decente. Diante de um cenário esmagador de desemprego, lideranças empresariais passaram a defender a flexibilização da legislação trabalhista como instrumento de combate ao desemprego (Araújo *et al.*, 2023). Contrariamente, o que a reforma trouxe foi maior precarização, informalidade dos empregos e insegurança jurídica (Airosa, 2022). Leite (2020) já apontava para tal cenário, ao alertar que países que relaxaram suas regras e níveis de proteção aos trabalhadores experimentaram um aumento na taxa de desemprego, e não o contrário.

A pandemia de Covid-19, por sua vez, deve ser vista de forma contextual, já que é um evento social que transcende as ciências biológicas (Nunes, 2022). Isso fica claro ao considerar problemas prévios à pandemia, como questões de saúde pública, precarização do trabalho, institucionalizada na reforma trabalhista de 2017 (Lima; Buss; Paes-Sousa, 2020), alto desemprego e informalidade (IBGE, 2020); além da disseminação do discurso neoliberal, que enaltece o empreendedorismo como via única de empregabilidade (Antunes; Praun, 2019).

No cenário emergencial, medidas foram tomadas para o enfrentamento dessa nova realidade, tais como a imposição do trabalho à distância e a modificação da legislação concernente ao trabalho (Freitas; Cândido; Rodrigues, 2020). Paralelo a isso, os serviços de entrega por aplicativo, como o Uber e o iFood, ganharam centralidade em função da necessidade de isolamento social e *lockdown* (Dutra; Coutinho, 2020), chamando a atenção para o fenômeno da uberização. A precarização do trabalho pode ser pensada, a partir daí, com novos contornos.

Apesar de todos os agravos decorrentes da crise sanitária, a pandemia abriu espaço para que uma nova dinâmica do capitalismo fosse testada no mercado de trabalho. Esse ensaio não significou novas configurações de trabalho, já que o teletrabalho, a uberização, dentre outros exemplos, existiam previamente. No entanto, a partir da difusão em larga escala dessas modalidades para diversas categorias profissionais, a pandemia se apresenta como catalisadora de uma reestruturação produtiva não intencional. Esse processo leva à expectativa de mudanças a longo prazo, considerando que o contexto político, a conjuntura econômica e as práticas sociais repercutem de modo significativo nas relações de trabalho e na forma com que a precariedade se configura (Vargas, 2016).

Assim, a presente pesquisa explorou a produção acadêmica acerca do fenômeno precarização do trabalho a partir desses dois acontecimentos da história brasileira recente: a reforma trabalhista brasileira e a pandemia da Covid-19. Pretendeu-se produzir uma síntese para um melhor entendimento do objeto de estudo, elaborando um panorama geral acerca da precarização do trabalho, no Brasil, durante esses dois marcos históricos. Ademais, conhecer melhor o fenômeno permite pensar em iniciativas que possam frear seu avanço prejudicial, além de maneiras de melhorar as realidades atingidas por ele.

Método

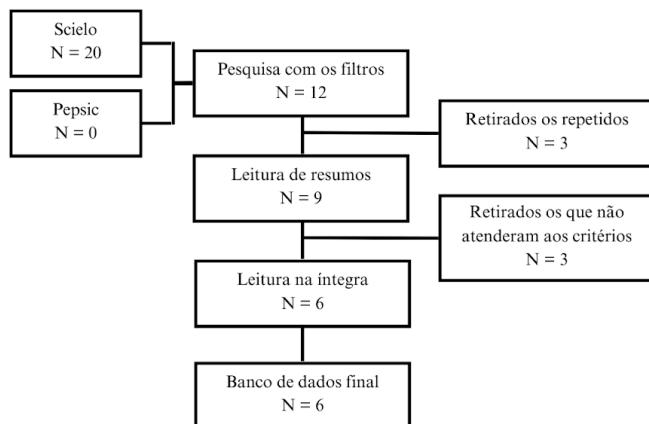
Foi efetuada uma revisão sistemática integrativa para a construção de um panorama geral acerca do tema de interesse (Botelho; Cunha; Macedo, 2011). Utilizaram-se as bases PePSIC (Periódicos Eletrônicos em Psicologia) e SciELO (*Scientific Electronic Library Online*), visto que, juntas, elas integram quase a totalidade da produção psicológica indexada no Brasil (Zoltowski *et al.*, 2014). Foram buscados estudos sobre precarização do trabalho, publicados entre 2017, ano de promulgação da reforma trabalhista brasileira, e fevereiro de 2023. Executaram-se duas buscas independentes nas plataformas PePSIC e Scielo, uma com ênfase no fenômeno em relação à reforma trabalhista e outra, à crise sanitária. As questões norteadoras que guiaram este estudo foram: Como a precarização do trabalho comparece na produção científica nacional? Quais reflexos a reforma trabalhista pode ter produzido sobre o fenômeno? De que forma a pandemia de Covid-19 incidiu sobre o cenário de precarização do trabalho?

Em conjunto, foram recuperados 72 artigos a partir das duas estratégias empregadas, sendo imediatamente identificados e eliminados os artigos duplicados. Em seguida, foram aplicados os critérios de inclusão: a) estar em formato de artigo; b) ser um texto completo e de acesso gratuito; c) estar publicado em português; d) ser oriundo das áreas de ciências humanas e ciências sociais aplicadas; e de exclusão: a) ser artigo de qualquer tipo de revisão sistemática de literatura; b) não trazer a precarização do trabalho como tema principal; c) não oferecer conteúdo que responda às questões norteadoras, para a determinação de quais artigos passariam para a etapa seguinte, de sondagem de seu conteúdo.

Os estudos foram analisados, em paralelo, por dois juízes independentes, membros da equipe de pesquisa (Zoltowski *et al.*, 2014). Os resumos desses estudos foram apreciados para considerar sua elegibilidade para compor o *corpus* textual de análise. Por fim, os artigos selecionados com base nos resumos foram lidos na íntegra, para decidir sobre sua inclusão na revisão, em conformidade com o atendimento às questões norteadoras de pesquisa. Artigos que gerassem dúvida sobre sua pertinência eram apreciados por um terceiro componente da equipe de pesquisa.

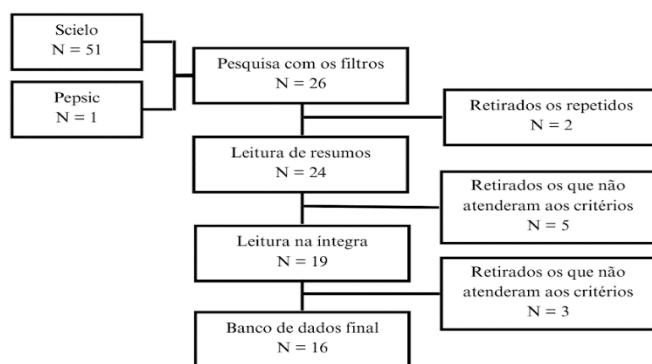
Observando o resumo dos 72 artigos recuperados, 38 deles atenderam aos critérios de inclusão, sendo 12 referentes à reforma trabalhista e 26 relacionados à pandemia. Após a leitura completa dos artigos incluídos, 6 foram considerados para a análise final, tomando como marco a reforma trabalhista (Figura 1) e 16 sobre a pandemia (Figura 2), gerando dois *corpus* analíticos.

Figura 1 - Fluxograma reforma trabalhista e precarização do trabalho.



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados da pesquisa, 2023.

Figura 2 - Fluxograma pandemia e precarização do trabalho



Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados da pesquisa, 2023.

Na sequência, os artigos contidos em cada *corpus* foram submetidos à técnica de Análise de Conteúdo (Bardin, 2016) para tratamento de dados textuais, a qual é conduzida em três etapas sucessivas: 1) pré-análise, com a organização do material, leitura flutuante e produção de primeiras impressões analíticas; 2) exploração do material, com a codificação, extração das unidades de registro e sua classificação em categorias temáticas; 3) tratamento de resultados, inferência e interpretação, com a síntese interpretativa dos resultados, a partir da bibliografia disponível sobre o assunto, vinculando-os ao objetivo e aos interesses da investigação. Nesse estudo, as unidades de registro foram codificadas através do tema, buscando os núcleos de sentido emergentes da leitura integral dos artigos, adotando a regra de enumeração de presença do conteúdo. A categorização temática obedeceu a um processo de agrupamento progressivo das unidades de registro por similaridade semântica, resultando em categorias temáticas internamente homogêneas e diversas entre si.

Resultados

Nos trabalhos que tiveram seu conteúdo analisado (Tabela 1), evidenciou-se uma disparidade de produção acadêmica entre os dois *corpus* textuais, com a pandemia da Covid-19 (A7 a A22) contabilizando 10 artigos a mais que a reforma trabalhista (A1 a A6). Isso pode ser explicado pelo impulso científico deslanchado pela pandemia de Covid-19, em especial no ano de 2020 (Petrou, 2020).

Tabela 1- Caracterização dos estudos selecionados

Nº	Título	Autores/Ano	Área de formação da autoria	Metodologia
A1	A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra	Druck, Dutra e Silva (2019)	Ciências Sociais; Direito	Teórico
A2	A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil	Passos e Lapatini (2020)	Tecnologia, Ambiente e Sociedade; Serviço Social	Teórico
A3	Mudanças na legislação	Ramalho,	Ciências Políticas;	Teórico

	trabalhista, sindicato e empresas multinacionais	Santos e Rodrigues (2019)	Sociologia e Antropologia; Sociologia	
A4	Os reflexos da crise econômica sobre os direitos trabalhistas no Brasil	Silva (2019)	Serviço Social	Teórico
A5	Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo	Galvão et al. (2019)	Ciências Sociais; Economia Social e do Trabalho; Desenvolvimento Econômico e Social	Empírico Qualitativo
A6	Tipologia da precarização do trabalho na atenção básica: um estudo netnográfico	Damascena e Vale (2020)	Enfermagem e Saúde; Saúde Coletiva	Empírico Qualitativo
A7	“Limpar o mundo” em tempos de Covid-19: trabalhadoras domésticas entre a reprodução e a expropriação social	Teixeira Rodrigues (2022)	Sociologia	Teórico
A8	A espiral da destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho	Praun (2020)	Sociologia	Teórico
A9	A uberização do trabalho em saúde: expansão no contexto da pandemia de Covid-19	Souza e Abagaro (2021)	Serviço Social; Ciências em Saúde Coletiva	Teórico
A10	Ansiedade, afeto negativo e estresse de docentes em atividade remota durante a pandemia da Covid-19	Troitinho et al. (2021)	Pedagogia; Ensino de Ciências e Matemática; Educação Especial Inclusiva e Educação Ambiental e Sustentabilidade; Ciências Biológicas; Neurociências e Biologia Celular	Empírico Multimétodos

A11	As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19	Souza (2021)	Serviço Social	Teórico
A12	Condições de trabalho em casa durante a pandemia: uma análise do discurso do sujeito coletivo dos trabalhadores do setor de agências de turismo	Silva, Silva e Santos (2021)	Turismo	Empírico Qualitativo
A13	Diários de professores(as) na pandemia: registros em cadernetas digitais de trabalho e saúde	Souza <i>et al.</i> (2022)	Saúde Pública; Políticas Públicas e Formação Humana	Empírico Qualitativo
A14	Direito do trabalho na contramão	Brito (2021)	Direito	Teórico
A15	O teletrabalho na pandemia da Covid-19: uma nova armadilha do capital?	Durães, Bridi e Dutra (2021)	Ciências sociais; Sociologia; Direito	Teórico
A16	Os trabalhadores em meio à Covid-19 no Brasil: flexibilidade, precariedade, e a mobilização internacional	Tonelo, Silva e Framil Filho (2022)	Sociologia	Teórico
A17	Precarização do trabalho travestida de modernidade: uma análise da tarefa de entregadores de mercadorias	Rocha, Pistolato e Diniz (2021)	Ciências Cognitivas e Ergonomia; Saúde Pública	Empírico Qualitativo
A18	Professores em meio ao ensino remoto emergencial: repercussões do isolamento social na educação formal	Fialho e Neves (2022)	Educação; Gestão de Organizações Aprendentes	Empírico Qualitativo
A19	Redução da renda familiar dos professores da educação básica de Minas Gerais na pandemia da Covid-19	Lima <i>et al.</i> (2021)	Saúde, Sociedade e Ambiente	Empírico Qualitativo
A20	Somos todos youtubers? Indústria 4.0 e precarização do trabalho docente em tempos de pandemia	Gonçalves e Souza (2022)	Ciências Sociais; Sociologia	Teórico
A21	Tecnologia e precarização da saúde do trabalhador	Lima (2022)	Serviço Social	Teórico

A22	Trabalho e saúde do trabalhador em tempos de pandemia no Brasil: notas críticas sobre o caos	Perpetua (2022)	Geografia	Teórico
-----	--	-----------------	-----------	---------

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados da pesquisa, 2023.

Observado o teor de cada *corpus* textual, os estudos em contexto de reforma trabalhista concentraram publicação (4 artigos) no ano de 2019. Isso pode se dever ao fato de que, em 2019, começou o governo do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022), marcado por políticas de enxugamento dos custos do trabalho ao empregador, a exemplo da Carteira de Trabalho Verde e Amarela (Brasil de Fato, 2019), as quais potencializam as consequências da reforma trabalhista. Já aqueles que se referiam à precarização do trabalho na pandemia, tiveram ápice de publicação em 2021 (8 artigos), ano em que a contaminação pelo coronavírus tomou proporções alarmantes no Brasil, chegando a uma taxa de mortalidade de 201,59/100 mil habitantes (Brasil, 2021). No geral, os estudos analisados trazem à tona a escassez de produção de conhecimento sobre precarização do trabalho pela área da psicologia, sendo mais abordada pelas ciências sociais e pelo serviço social, através de ensaios teóricos (14 artigos), seguidos de pesquisas empíricas qualitativas (7 artigos).

A análise de conteúdo revelou 48 unidades de registro, agrupadas por evento sócio-histórico que serviu de contexto à investigação sobre precarização do trabalho. Foram identificados 19 temas referentes à precarização do trabalho em contexto de reforma trabalhista e 29 em contexto pandêmico. Essas unidades de registro (temas) foram agrupadas em 09 categorias temáticas, das quais 03 referentes à precarização do trabalho em contexto de reforma trabalhista: Antecedentes, Indicadores e Consequências (Tabela 2); e 06 categorias que emergiram da investigação de precarização do trabalho em contexto pandêmico: Antecedentes, Indicadores, Consequências, Teletrabalho, Agravamentos na pandemia e Institucionalização da precarização (Tabela 3).

Tabela 2 - Resultados do corpus Reforma Trabalhista e Precarização do trabalho

Categorias	Unidades de Registro
Antecedentes	Palco de disputa política; Interesse do empresariado; Neoliberalismo como promessa de modernização; Previsão de intensificação
Indicadores	Limite de direitos; Aumento da terceirização; Relações de poder assimétricas; Enfraquecimento do sindicato; Desigualdade de gênero; Contratos atípicos; Institucionalização do teletrabalho; Trabalho autônomo; Alteração da jornada de trabalho.
Consequências	Promessa não atingida; Inconstitucionalidade; Geração desencantada; Individualização das vivências; Medo do desemprego; Vulnerabilidade ocupacional.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados da pesquisa, 2023.

Tabela 3 - Resultados do corpus Pandemia e Precarização do trabalho

Categorias	Unidades de Registro
Antecedentes	Falta de regulamentação do trabalho em plataforma; Cenário político; Movimento do capital; Classe social e possibilidade de trabalho.
Indicadores	Contrato temporário; Transferência de custos para o trabalhador na uberização; Múltiplos vínculos empregatícios; Forte controle do trabalhador na uberização; Condições penosas de trabalho; Alteração na remuneração salarial; Alteração na jornada de trabalho
Consequências	Impacto na saúde; A resistência na pandemia; Escalada da precarização no pós-pandemia; Precarização da vida.
Agravamentos na pandemia	Agravamento da precarização; Aumento do desemprego; Informalidade; Cenário precário; Aumento da uberização; Aumento do teletrabalho.
Teletrabalho	Intensificação da carga de trabalho; Desigualdade de gênero; Demandas adicionais; Falta de suporte; Condições de trabalho limitadas.
Institucionalização da precarização	Desmonte dos direitos trabalhistas; Enfraquecimento sindical.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados da pesquisa, 2023.

Antecedentes

Nos dois *corpus* analíticos, essa categoria temática reúne unidades de registro referentes ao cenário político e socioeconômico brasileiro, que cria o contexto para compreender sócio-historicamente a precarização do trabalho. Especificamente no *corpus* da reforma trabalhista, as unidades são: *palco de disputa política*, *interesse do empresariado*, *neoliberalismo como promessa de*

modernização e previsão de intensificação, representando 8,33% das unidades de registro totais (URt) e 21% das unidades de registro da reforma trabalhista (URrt). Esses núcleos de sentido visam compreender como a gênese da reforma compareceu na literatura, assim como o que acontecia no mercado de trabalho e suas repercussões, que impulsionaram a motivação para a mudança legislativa como solução necessária. Ele traz uma representação do processo reformista enquanto um cenário em que visões antagônicas sobre a proteção social do trabalho estavam em disputa.

No *corpus* da pandemia, as unidades emergentes foram: *falta de regulamentação do trabalho em plataforma, cenário político, movimento do capital e classe social e possibilidade de trabalho*, representando 8,33% das unidades de registro totais (URt) e 13,79% das unidades de registro da pandemia (URp). Esses conceitos-chave salientam o processo de reestruturação produtiva, natural do sistema capitalista, em que é testemunhado o surgimento de novas modalidades de trabalho, as quais não são acompanhadas por processos regulamentadores, como evidenciado pelo trabalho em plataformas. Esse contexto acentua a vulnerabilidade dos trabalhadores, com destaque para determinadas classes sociais, em função dos recursos limitados para lidar com as transformações em curso.

Indicadores

Tal categoria temática evoca elementos específicos que caracterizam um trabalho precarizado, em decorrência de cada momento estudado. Na reforma trabalhista, esses indicadores podem ser observados através de: *limite de direitos, aumento da terceirização, relações de poder assimétricas, enfraquecimento do sindicato, desigualdade de gênero, contratos atípicos, institucionalização do teletrabalho, trabalho autônomo e alteração da jornada de trabalho*. Esses temas representam 18,75% das URt e 47,36% das URrt. Os campos observados trazem um recorte do que foi vivenciado durante o processo de adaptação à reforma trabalhista e, posteriormente, no decurso da transição presidencial para o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022).

Na pandemia, a precarização é tratada nos artigos por atributos como: *uso de contratos temporários; alterações na remuneração salarial e na jornada de trabalho; transferência de custos do trabalho e o forte controle do trabalhador na uberização;*

condições penosas de trabalho e múltiplos vínculos empregatícios. Eles representam 14,58% das URt e 24,13% das URp. Essas ideias centrais aparecem como resultado do avanço incontrolável da Covid-19, quando medidas foram tomadas, por diversos agentes, para se proteger da situação, a exemplo de modificações no sistema de remuneração e na jornada de trabalho, a maior flexibilização de contratos e a busca por mais de um empregador. Nesse contexto, se expande uma lógica de exploração muito sofisticada através da uberização, em que a alta individualização torna o empregado responsável por diversos custos e, de modo controverso, refém de um conjunto de normas. Além disso, em um processo intrinsecamente relacionado com a nova configuração de trabalho durante a pandemia, o risco de contágio traz novas demandas, criando cenários permeados por indícios de precarização.

Consequências

Essa categoria temática diz respeito aos resultados derivados da precarização do trabalho em cada um dos eventos. Em relação à reforma trabalhista, sua implementação reflete nos âmbitos econômico, social e político. As consequências foram identificadas pela *promessa não atingida, inconstitucionalidade, geração desencantada, individualização das vivências, medo do desemprego e vulnerabilidade ocupacional*. Esses temas representam 12,5% das URt e 31,57% das URrt.

No *corpus* da pandemia, de acordo com os artigos revisados, houve desde *impacto na saúde dos trabalhadores* e precarização de esferas da vida por um lado, e por outro, a construção de *movimentos de resistência* ao avanço precarizante. Ainda assim, também surgiu um conteúdo que assinalava a *escalada da precarização no pós-pandemia*, em que se observam a perpetuação de formas de trabalho estabelecidas como emergenciais e a acentuação da flexibilização. Esses conteúdos representaram 8,33% das URt e 13,79% das URp. O adoecimento psicológico e orgânico foi um dos impactos da precarização do trabalho, adicionalmente ao necroliberalismo operando uma política de morte (A14). Como forma de oposição e perseverança, emergem manifestações de denúncia e de apresentação de demandas contingenciadas pelo cenário de pandemia.

Agravamentos na pandemia

A pandemia, em muitos artigos, é tratada como um evento catalisador de problemas preexistentes. É nesse sentido que essa categoria temática ganha destaque, tratando do agravamento de situações precárias durante ou em decorrência da crise sanitária. Aqui estão reunidos núcleos de sentido propositores de um *cenário precário* durante a pandemia, colaborando para o *agravamento da precarização*, o *aumento do desemprego* e da *informalidade*, o *aumento da uberização* e do *teletrabalho*, representando 12,5% das URt e 20,68% das URp.

Teletrabalho

Tal categoria surge a partir do que os autores trazem como alterações específicas no teletrabalho, em virtude da pandemia. Esse modelo foi adotado como medida emergencial por diversas áreas, devido ao isolamento social, de forma a dar continuidade aos serviços prestados. Alguns elementos se destacaram nos artigos analisados, como: *intensificação da carga de trabalho*, com a associação entre trabalho doméstico e emprego; *desigualdade de gênero*, na medida em que as mulheres foram mais fortemente atingidas pelas transformações; *demandas adicionais da modalidade*, quando novas habilidades são requisitadas para lidar com o trabalho e com o aumento da burocracia; *falta de suporte*, devido à alta individualização fomentada pelo trabalho em modalidade remota, ausência de treinamentos e de orientação por parte das organizações contratantes; e *condições de trabalho limitadas*, tratando-se de falhas dos próprios dispositivos tecnológicos e das características do ambiente físico. Eles representam 10,41% das URt e 17,24% das URp.

Institucionalização da precarização

Essa categoria abrange o *desmonte dos direitos trabalhistas* e o *enfraquecimento dos sindicatos*, fatores diretamente relacionados com o aparato legal. A primeira unidade demonstra, durante a pandemia, a continuidade de uma ofensiva que remonta ao período de legalização do trabalho precário, com chancela legal para a retirada de alguns direitos. A debilidade sindical é provocada, aqui, pela

proposição de medidas provisórias que reforçam acordos trabalhistas feitos individualmente. A representatividade é de 4,16% das URt e de 6,89% das URp.

Discussão

Foram observadas três vertentes de aproximação entre os eventos sócio-históricos, no que concerne ao fenômeno da precarização do trabalho (Tabela 4). A primeira aproximação foi sinalizada pela presença de 03 unidades de registro idênticas em ambos os *corpus* textuais, quais sejam: *enfraquecimento sindical*, *desigualdade de gênero* e *alteração na jornada de trabalho*. A segunda forma de aproximação se deu pela semelhança de conteúdo entre 02 unidades de registro, ainda que resguardem especificidades do cenário sócio-histórico ao qual pertencem: *contrato atípico* assemelhou-se com *contrato temporário* e *trabalho autônomo* com *informalidade*. A última aproximação foi percebida através de 02 unidades de registro do *corpus* da reforma trabalhista que reapareceram, de forma intensificada, no *corpus* da pandemia: *vulnerabilidade ocupacional*, que se torna *condições penosas de trabalho*; e *previsão de intensificação* se torna *escalada da precarização no pós-pandemia*.

Tabela 4 - Aproximações temáticas entre os *corpus* textuais analisados

Aproximações	Reforma Trabalhista	Pandemia
IDÊNTICAS	1. Enfraquecimento sindical; 2. Desigualdade de gênero; 3. Alteração na jornada de trabalho.	1. Enfraquecimento sindical; 2. Desigualdade de gênero; 3. Alteração na jornada de trabalho.
SEMELHANTES	1. Contrato atípico; 2. Trabalho autônomo.	1. Contrato temporário; 2. Informalidade.
INTENSIFICADO NA PANDEMIA	1. Vulnerabilidade ocupacional; 2. Previsão de intensificação.	1. Condições penosas de trabalho; 2. Escalada da precarização no pós-pandemia.

Fonte: Elaborado pelas autoras, com base nos dados da pesquisa, 2023.

Sobre o primeiro movimento de aproximação acerca da precarização do trabalho, com unidades idênticas nos dois *corpus* da pesquisa, chama a atenção o tema do *enfraquecimento sindical*. A reforma trabalhista possibilitou a negociação individual de aspectos das relações de trabalho e a rescisão contratual sem intermediação sindical (A5). Tal mudança age diretamente no acesso aos direitos

trabalhistas, já que muitos deles são alcançados através da luta sindical. Levando em consideração que as rescisões contratuais e dispensa coletiva não mais dependem de homologação dos sindicatos ou autorização sindical, a lei escancara o desequilíbrio nas negociações contratuais e rescisórias entre empregador e empregado (A2). A partir da reforma, os trabalhadores demitidos estão fazendo a homologação sem assistência do sindicato e nas negociações, os processos ficaram mais longos, conflituosos e os acordos mais difíceis de serem celebrados (A3). No cenário da pandemia, esse mesmo tema emerge quando a medida provisória nº 936/20 privilegiou acordos trabalhistas feitos individualmente, sobre demandas em que havia clara necessidade de negociação coletiva, isto é, a participação do sindicato (A14). Esse movimento teve como finalidade diminuir a força dos sindicatos, que já vinham combalidos. É uma evidência de que a luta de classes, travada na arena do capitalismo, tem produzido mais conquistas para a classe patronal.

O desbalanceamento de relações de poder entre empregador/empregado, acentuado pela promulgação da lei nº 13.467/2017, da reforma trabalhista, é característico do sistema capitalista, e comparece por meio de várias manifestações, a exemplo do que ocorre no fenômeno da uberização. O *forte controle sobre o trabalhador* uberizado, com estabelecimento unilateral dos pagamentos, além de bloqueios inesperados, praticados pelas plataformas contra os trabalhadores parceiros, é um ponto a ser destacado. Além disso, a própria *inexistência de regulamentação do trabalho em plataformas* escancara a assimetria de forças quando as próprias plataformas digitais definem as relações e condições de trabalho, sem possibilidade de contestação por parte do trabalhador, dito parceiro de negócios. Paiva (2022) disserta acerca da necessidade de representação sindical de grupos de trabalhadores informais, tendo em vista a força histórica desse movimento no âmbito dos direitos trabalhistas. O autor, no entanto, reitera a falta de reconhecimento do vínculo empregatício entre as plataformas e os trabalhadores, pautado em decisões do Tribunal Superior do Trabalho. Antunes (2019), nesse sentido, propõe uma nova organização dos sindicatos, que abarque categorias por semelhança de condições, como os trabalhadores informais, superando a tradicional representação limitada por classe. Isso visa contornar a problemática da evitação de responsabilidades patronais, camuflada na alegação de que tais indivíduos são apenas parceiros de negócios, e garantir a possibilidade de luta aos trabalhadores.

A manifestação de 1º de julho de 2020 mostrou o poder de organização dos entregadores por aplicativos, com um ato de paralisação das atividades laborais em diversas cidades do país, apontando para um cenário mundial de tentativas de resistência, pautadas na organização formal ou espontânea desses trabalhadores (A11).

Outro indicador de precarização com destaque é a *desigualdade de gênero*. Na prática, comparece através de salários desiguais entre os gêneros, experiências femininas de assédio, e pode se tornar ainda mais perniciosa quando a maternidade entra em pauta. As desregulamentações, produzidas pela reformulação das leis trabalhistas, implicam em consequências para a segurança de trabalhadoras gestantes e lactantes, com muitas delas se submetendo a condições insalubres (Lopes et al., 2020). A realidade feminina, na pandemia, não é marcada por melhora no contexto de precariedade. Os resultados apontaram para maior carga de trabalho afetivo e doméstico, tarefas historicamente femininas e não remuneradas. Dados recentes, oriundos da pesquisa da PNAD Contínua (Moura, 2023), continuam demonstrando que as mulheres recebem uma carga maior de afazeres domésticos, uma vez que passam em torno de 21,3 horas semanais dedicadas a tal mister, enquanto os homens utilizam 11,7 horas. À carga de trabalho reprodutivo doméstico, exercido por mulheres, se junta o trabalho produtivo remunerado, resultando em extenuantes jornadas duplas ou triplas de trabalho (A10, A11, A13, A15, A20). Vale ressaltar que a desigualdade de gênero é um tema que acompanha toda a linha historiográfica do trabalho, com a construção social da divisão sexual do trabalho possibilitando ao capital apropriar-se dessa desigualdade, tornando a precarização uma realidade marcante para as mulheres (Hirata, 2011).

Por fim, a *alteração da jornada de trabalho* é a última unidade de registro idêntica entre os *corpus*. Períodos de trabalho excessivamente longos e cansativos são normalizados e os trabalhadores são submetidos, semelhantemente nos dois marcos sócio-históricos, a uma carga horária extensa. Na reforma trabalhista, apresenta-se pela redução do intervalo para repouso e alimentação, de uma hora para trinta minutos, e pela autorização para labor extraordinário em atividade insalubre, independentemente de laudo técnico (A1). Na pandemia, se presentifica com várias outras facetas: o prolongamento da jornada (A16), sem ser acompanhada por aumento de remuneração, no caso dos trabalhadores autônomos (A11); a multiplicação de demandas burocráticas (A18) e por novas habilidades

(A10, A13, A20), no caso dos professores, os quais tiveram de aprender diversas tarefas digitais, levando a jornadas estendidas e não pagas (A15) e na própria falta de clareza entre os horários de trabalho e descanso no *home office* (A10, A12, A13, A15, A18, A20), com a invasão de e-mails e mensagens, em diversos momentos do dia, sendo um exemplo dessa situação (A13). A mudança na jornada de trabalho assume um caráter de intensificação do trabalho, pela qual não haveria mais um período de tempo específico para o exercício do labor, contribuindo fortemente para o aumento de agravos à saúde do trabalhador (Alencar; Ota, 2011).

As semelhanças precarizadoras entre os eventos continuam. No *corpus* da Reforma Trabalhista, o trabalho *autônomo* é ilustrado por um número recorde de informalidade no mercado de trabalho brasileiro, pós-reforma trabalhista - 11,5 milhões de pessoas (A1). A faceta da *informalidade* se sobressai, agindo não apenas como indicador de precarização do trabalho, mas como mais uma força que acentua o trabalho precário. Em 2018, por exemplo, os que se encontravam na informalidade superaram os formalizados, em termos absolutos e relativos, ou seja, a informalidade avançou entre setores historicamente reconhecidos por maior incidência de trabalho formal e melhor estruturação (Araújo et al., 2023). Essa modalidade em crescimento, em conjunto com o desemprego acentuado, criam um cenário que torna o trabalhador vulnerável à exploração. Essa é uma posição de risco, tendo em vista que as condições de vida dos trabalhadores do mercado informal são mais afetadas que aqueles no mercado formal (A7).

Em uma narrativa historicamente estabelecida, o desemprego continuou a crescer no cenário de pandemia (A7, A8, A19, A21, A22). Esse fenômeno pode constituir uma estratégia de dominação do metabolismo capitalista, que acaba por fragilizar ainda mais a classe trabalhadora, despertando insegurança generalizada e angústia (Santos, 2008). É de forma correlacionada ao desemprego que a informalidade vem à tona no *corpus* da pandemia, de um lado como uma de suas facetas (A16), e de outro, através das pressões que atuam de forma convergente a sustentar trabalhos precários (A21). De acordo com dados da Pnad Contínua, a taxa de informalidade atingiu 38,3% em 2020, em uma curva crescente para 40,1% em 2021 (Carneiro, 2023).

No *corpus* da Reforma Trabalhista, a informalidade emerge através dos *contratos atípicos*, que se caracterizam por contratações precárias, contratos inseguros que, a qualquer momento, podem ser desfeitos (A6). De forma mais

específica, na pandemia é notório o uso de *contratos temporários*. Essa modalidade é uma forma de contrato atípico que pretende acompanhar a fluidez do mercado. Quando da ocasião da reforma, o Ministro do Trabalho da época, Ronaldo Nogueira, declarou que modificar a legislação quanto aos contratos temporários e de jornada parcial permitiria que milhões de empregos formais surgissem (Teixeira, 2019). No entanto, nos artigos do *corpus* textual pandêmico, esse tipo de contratação foi grandemente utilizado com a categoria de professores e pesquisadores, denotando uma instabilidade na carreira desses trabalhadores.

A informalidade dos trabalhos autônomos e os contratos atípicos, dentre eles os contratos temporários, auferem uma renda financeira, porém abrem margem para que os ganhos materiais nem sempre sejam acompanhados pelo exercício de trabalho digno, estável e seguro. Os contratos mais precários, atípicos, vêm ao encontro dessa lógica de exploração e desconsideração dos resultados sociais, privilegiando apenas os resultados econômicos e alargando o espectro de contratos que, tradicionalmente, balizaram as relações trabalhistas (Lopes *et al.*, 2020; Pauli; Traesel; Siqueira, 2019).

Finalizando as aproximações, foram observadas duas temáticas que ganham aspecto de continuidade e potencialização entre os *corpus*. A *vulnerabilidade ocupacional* e as *condições penosas de trabalho* se referem a situações em que os trabalhadores estão expostos a condições precárias, inseguras ou questionáveis, que acarretam riscos diretos à sua segurança e saúde. No *corpus* da Reforma Trabalhista, esse conteúdo é trazido quando

as modificações prejudiciais à saúde do trabalhador foram legalizadas no inciso XVII do art. 611-B da CLT, que afirma a ilicitude da supressão ou redução de direitos contidas nas “normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho” [Brasil 2017a] (A1, p.5).

No contexto da pandemia, em que o risco à saúde estava posto ao meramente sair de casa, a repercussão da precarização sobre a saúde do trabalhador ganhou contornos de penosidade.

Se, no primeiro evento, modificações objetivas estão em destaque, no segundo torna-se central a condição do indivíduo na relação de trabalho, chamando atenção para o fator biopsicossocial (Ramalho *et al.*, 2008). Entende-se, assim, que a segurança e a saúde física estão ameaçadas pelo vírus mortal circulante, em

paralelo ao risco psicossocial. A pandemia impõe aos indivíduos uma realidade que, no mínimo, gera incômodo e demanda enfrentamento constante, que por sua vez, gera sofrimento na medida em que sobrecarrega as capacidades adaptativas do indivíduo.

De forma semelhante ao que foi trazido pelo *corpus* da Reforma Trabalhista, o ambiente de trabalho se tornou potencialmente ameaçador à integridade dos trabalhadores durante a pandemia. Havia falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) (A11) ou de fiscalização no local de trabalho, no caso de trabalhadoras domésticas (A7). Os trabalhadores da saúde conviviam com condições desumanas, tendo que dormir no chão dos hospitais de campanha, usar fraldas para reduzir as idas ao banheiro e não interromper os atendimentos (A11), por exemplo. Prejuízos à saúde física e mental, como alterações no sono, dores corporais e adoecimento, além de exacerbação de ansiedade, angústia, culpa, depressão e exaustão, são disseminados (A8, A10, A11, A13, A15, A18).

O último tópico em comum aponta para como o futuro se descontina sombrio. As unidades *Previsão de intensificação da precarização*, no *corpus* da Reforma Trabalhista, e *Escalada da precarização no pós-pandemia*, no *corpus* da Pandemia, denotam que a corrida insaciável do capital cria mecanismos que favorecem sua perpetuação, deixando o trabalhador à mercê de suas transformações, em um *status* de vulnerabilidade.

A atualização das relações de trabalho, decorrente da reforma, deu abertura para que novas medidas fossem anunciadas anos depois, como a extinção do Ministério do Trabalho e a proposta de criação de uma Carteira de Trabalho Verde e Amarela (A1). Essa atualização nos direitos trabalhistas foi amparada na premissa de que menos direitos assegurariam mais empregos, suscitando maior desmonte da legislação trabalhista (Dutra; Jesus, 2020). Linearmente, modificações das relações de trabalho, estabelecidas de modo emergencial e transitório para lidar com o cenário pandêmico, demonstram uma virada de chave para sua consolidação, como o estabelecimento de tecnologias, a exemplo das plataformas digitais e de modalidades como o *home office* (A8, A9, A12, A15, A16) e uma acentuação da flexibilização, modificando a regulação do trabalho (A12, A16).

Observa-se que o teletrabalho é estabelecido, na reforma, de forma limitada, como uma exceção prevista no artigo 62 da CLT, deixando de tratar, por exemplo, das garantias de privacidade, do direito à desconexão e das normas de medicina e

de segurança aplicáveis ao teletrabalhador (Basso; Barreto Júnior, 2018). Esses aspectos são observados de forma problemática no contexto da pandemia, em que a uberização via telemedicina foi amplamente difundida (A9), além do que já foi discutido anteriormente acerca da extensão da jornada de trabalho. Ademais, na reforma, a retirada de intervenção estatal em negociações, dando abertura para que acordos entre empregadores e empregados sejam celebrados mediante o contrato trabalhista, explicita uma desregulamentação que denota a flexibilização, tendência que se seguiu no contexto pandêmico.

A precarização, desse modo, se torna uma consequência que se difunde na sociedade, já que a reforma trabalhista brasileira foi promovida ignorando as orientações de trabalho decente, preconizadas pela OIT. A falta de trabalho decente não afeta apenas a pessoa que está sujeita à atividade remunerada, como também todo o seu grupo familiar e social (Miraglia, 2010). Esse processo de mutações, operadas pelo capitalismo de forma a manter a ordem estabelecida e favorecer determinadas camadas sociais, cria um cenário de naturalização – o capitalismo posto como o único sistema possível –, o que Fisher (2020) irá chamar de realismo capitalista. Esse autor, na mesma obra, traz uma reflexão memorável de Fredric Jameson e Slavoj Zizek: é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo. De fato, o cenário apocalíptico da pandemia demonstrou que algumas vidas foram ceifadas, a fim de salvar a economia.

Considerações finais

A presente revisão integrativa explorou a produção acadêmica sobre precarização do trabalho associada à reforma trabalhista brasileira de 2017 e à pandemia da Covid-19. Foi observado que o cenário anterior à reforma trabalhista estava marcado por manifestações sociais, políticas e econômicas, relacionando-se às transformações jurídicas no que concerne ao trabalho. Quando a reforma trabalhista é implementada, fatores como aumento da terceirização, relações de poder assimétricas, enfraquecimento do sindicato, desigualdade de gênero, institucionalização do teletrabalho e alteração da jornada de trabalho expõem o aumento da precarização. Assim, o cenário após a reforma, além de marcado pela acentuação desse fenômeno, reúne efeitos nos contextos econômico, social e político.

Em relação à pandemia da Covid-19, também é chamada a atenção para um cenário político e socioeconômico anterior a ela, alimentando a precarização do trabalho. Como consequência da precarização transcorrida na pandemia, destacam-se a escalada da precarização no pós-pandemia, impactando na saúde e em amplas esferas da vida dos trabalhadores, mas não sem fabricar, também, demonstrações de resistência coletiva.

Contudo, na esteira de uma trajetória de agudização dos efeitos em precarização que acompanharam a pandemia, três questões foram percebidas. A primeira, a acentuação geral, em decorrência da crise sanitária, de fenômenos preexistentes, tais como o desemprego, a informalidade, a uberização e o teletrabalho, todos elementos anteriores a ela, mas que são agravados em direção à maior precarização. A segunda, o teletrabalho, modalidade que cresceu e se alastrou exponencialmente, figurando tanto como um privilégio para aqueles que conseguiram manter seus empregos, quanto como uma ferramenta de aumento da exploração do trabalhador. A terceira, a institucionalização da precarização, estabelecendo-a como regra a partir do desmonte dos direitos trabalhistas e do enfraquecimento dos sindicatos.

O presente estudo se deparou com alguns limites, como a falta de artigos da área da Psicologia e a pequena quantidade de pesquisas empíricas no corte temporal estabelecido. O panorama geral sinaliza com possibilidades a serem melhor exploradas em pesquisas futuras. É necessário que mais estudos sobre as repercussões pandêmicas nas realidades de trabalho sejam feitos, de modo a aprofundar realidades específicas e modos de enfrentamento. Ademais, urge que a uberização do trabalho, enquanto reestruturação produtiva mais recentemente deflagrada pelo capital, seja incorporada ao campo de interesses da Psicologia Organizacional e do Trabalho, haja vista sua generalização no mercado de trabalho atual e seu grau de perniciosa.

Referências

AIROSA, Guilherme. **Reforma trabalhista:** as promessas de empregos e a criação de subempregos no Brasil. 2022. 52F. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Universidade São Judas Tadeu, São Paulo.

ALENCAR, Maria do Carmo Baracho de; OTA, Natacha Harumi. O afastamento do trabalho por LER/DORT: repercussões na saúde mental. **Revista de Terapia**

Ocupacional da Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 60-67, 2011.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 28, n. 81, p. 39-53, 2014.

ANTUNES, Ricardo; PRAUN, Luci. A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária - a dupla face de um mesmo projeto. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 56-81, 2019.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de et al. Reforma trabalhista e precarização do trabalho segundo atores do Direito do Trabalho. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 10, n. 27, p. 107-158, 2023.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; JESUS, Rodrigo Mesquita de; RODRIGUES, Hênio dos Santos. Concepção e validação de medida para precarização do emprego. In: FRANCO, Silva; ESCUDERO, Emiliano (eds.). **El presente del futuro del trabajo II**. Montevidéu: Psicolibros Universitario, 2019. p. 475-489.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de; MORAIS, Kátia Regina Santos de. Precarização do trabalho e o processo de derrocada do trabalhador. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 1-13, 2017.

ARAÚJO, Marley Rosana Melo de et al. Precarização do trabalho sob perspectivas liberal ou social-protecionista de profissionais. In: BARBOSA, Ivan Fontes; BARBOSA, Vilma Soares de Lima; ARAÚJO, Marley Rosana Melo de (orgs.). **Contrassensos contemporâneos do mundo do trabalho**. Aracaju: Criação Editora, 2021. p. 73-106.

ARAÚJO-DOS-SANTOS, Tatiane et al. Precarização do trabalho de enfermeiras, técnicas e auxiliares de Enfermagem nos hospitais públicos. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 52, e03411, p. 1-8, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. reimpr. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2016.

BASSO, Danielle de Mello; BARRETO JUNIOR, Irineu Francisco. O teletrabalho e a supressão de seus direitos na Reforma Trabalhista. **Revista do Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, Salvador, v. 4, n. 1, p. 59-76, 2018.

BORGES, Lívia de Oliveira; YAMAMOTO, Oswaldo Hajime. O mundo do trabalho. In: ZANELLI, José Carlos; BORGES-ANDRADE, Jairo Eduardo; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt (orgs.). **Psicologia, organizações e trabalho no Brasil**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. p. 24-62.

BOTELHO, Louise Lira Roedel; CUNHA, Cristiano Castro de Almeida; MACEDO, Marcelo. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão & Sociedade**, Belo Horizonte, v. 5, n.11, p. 121–136, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Covid-19 no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em:

https://infoms.saude.gov.br/extensions/covid-19_html/covid-19_html.html. Acesso em 14 de setembro de 2023.

BRASIL DE FATO. Ricardo Antunes: trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil. **Canal Brasil de Fato**, Brasil, 2019. 1 vídeo (57min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A. Acesso em 22 de maio de 2024.

BRITO, Rose Dayanne Santos de. Direito do trabalho na contramão: a precarização como regra. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 220–227, 2021.

CARNEIRO, Lucianne. Taxa de informalidade cai para menos de 40% no Brasil em 2022, diz IBGE. **Valor Econômico**, 28 fev. 2023. Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/02/28/taxa-de-informalidade-cai-para-menos-de-40percent-no-brasil-em-2022-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 18 de novembro de 2023.

DAMASCENA, Dhuliane Macêdo; VALE, Paulo Roberto Lima Falcão do. Tipologias da precarização do trabalho na atenção básica: um estudo netnográfico. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, p. 1-17, 2020.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 1, p. 37-57, 2011.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata Queiroz; SILVA, Selma Cristina. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 289-306, 2019.

DURÃES, Bruno; BRIDI, Maria Aparecida da Cruz; DUTRA, Renata Queiroz. O teletrabalho na pandemia da Covid-19: uma nova armadilha do capital? **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 36, n. 3, p. 945-966, 2021.

DUTRA, Renata Queiroz; COUTINHO, Raianne. Aceleração social, uberização e pandemia: quem precisa do direito do trabalho? **Direito UnB - Revista de Direito da Universidade de Brasília**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 198-223, 2020.

DUTRA, Renata Queiroz; JESUS, Selma Cristina Silva de. Medida provisória n. 905/2019 Programa Verde Amarelo: a reforma dentro da reforma trabalhista. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 1-4, 2020.

FIALHO, Lia Machado Fiúza; NEVES, Vanusa Nascimento Sabino. Professores em meio ao ensino remoto emergencial: repercussões do isolamento social na educação formal. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 48, e260256, p. 1-23, 2022.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista:** é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FREITAS, Jucyler Ferreira; CÂNDIDO, Estelita Lima; RODRIGUES, Sandra Maria Bezerra. Repercussões sobre a legislação e o exercício dos direitos fundamentais individuais na pandemia por Covid-19. **Diálogos Interdisciplinares**, Aquidauana, v. 3, n. 9, p. 174-181, 2020.

GALVÃO, Andréia; CASTRO, Bárbara; KREIN, José Dari; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Reforma trabalhista: precarização do trabalho e os desafios para o sindicalismo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 253-270, 2019.

GONÇALVES, Renata; SOUZA, Edvânia Ângela de. Somos todos youtubers? Indústria 4.0 e precarização do trabalho docente em tempos de pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 144, p. 33-51, 2022.

HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe1, p. 15-22, 2011.

IBGE. Uma análise das condições de vida da população brasileira - 2020. **Síntese de indicadores sociais**, Brasil, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101760>. Acesso em 4 de setembro de 2023.

KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante; MELÉM, Alex Albuquerque Jorge. O mercado flexibilizado e a precarização do trabalho do cibertariado. **Revista Direito e Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, Santo Ângelo, v. 20, n. 38, p. 157-177, 2020.

LEITE, Kelen Christina. A (in)esperada pandemia e suas implicações para o mundo do trabalho. **Psicologia & Sociedade**, Recife, v. 32, e020009, p. 1-18, 2020.

LIMA, Cássio de Almeida et al. Redução da renda familiar dos professores da educação básica de Minas Gerais na pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1-14, 2021.

LIMA, Mônica Silva. Tecnologia e precarização da saúde do trabalhador: uma coexistência na era digital. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 144, p. 153-172, 2022.

LIMA, Nísia Trindade; BUSS, Paulo Marchiori; PAES-SOUSA, Rômulo. A pandemia de Covid-19: uma crise sanitária e humanitária. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 7, e00177020, p. 1-4, 2020.

LOPES, Fábio José Orsini et al. (De)forma trabalhista: flexibilização e precarização pela(s) perspectiva(s) da(s) psicologia(s) do trabalho. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 25, e48213, p. 1-16, 2020.

MIRAGLIA, Lívia Mendes Moreira. O direito do trabalho e a dignidade da pessoa humana pela necessidade de afirmação do trabalho digno como direito fundamental. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 19., 2010, Fortaleza. **Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI**, Fortaleza: UFC, 2010, p. 9038-9047.

MOURA, Bruno de Freitas. PNAD: mulheres gastam quase o dobro de tempo no serviço doméstico. **Agência Brasil**, Brasil, 11 ago. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-08/pnad-mulheres-gastam-quase-o-dobro-de-tempo-no-servico-domestico#:~:text=Levantamento%20do%20IBGE%20revela%20que%20elas%20passam%2C%20em>. Acesso em 29 de maio de 2024.

NASCIMENTO, Tereza Cecília Costa do; ARAÚJO, Marley Rosana Melo de. Levantamento sistemático dos estudos desenvolvidos sobre precarização do trabalho no Brasil. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 1, n. 60, p. 259-285, 2021.

NUNES, Everardo Duarte. As ciências sociais e humanas e a pandemia de Covid-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 11, p. 4071–4074, 2022.

OLIVEIRA, Elisângela Magela. Transformações no mundo do trabalho, da Revolução Industrial aos nossos dias. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 5, n. 11, p. 84-96, 2004.

OLIVEIRA, Ana Virgínia Andrade de; ARAÚJO, Marley Rosana Melo de. O elegante controle do trabalho em “O Diabo veste Prada”. **Scientia Plena**, São Cristóvão, v. 13, n. 07, p. 1-17, 2017.

PAIVA, Levi Noleto. Uberização e sindicatos na era digital. In: LIMA, Francisco Géron Marques de (org.). **Direito do Trabalho: entre o arcaico e o moderno**. Fortaleza: Excola Social, 2022. p. 95-115.

PASSOS, Saionara da Silva; LUPATINI, Márcio. A contrarreforma trabalhista e a precarização das relações de trabalho no Brasil. **Revista Katalysis**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 132-142, 2020.

PAULI, Cassiele Gomes; TRAESEL, Eliete Soares; SIQUEIRA, Aline Cardoso. A precarização do trabalho dos psicólogos temporários no CREAS. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 39, e188301, p. 1-13, 2019.

PERPETUA, Guilherme. Trabalho e saúde do trabalhador em tempos de pandemia no Brasil: notas críticas sobre o caos. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 31, n. 4, p. 1-13, 2022.

PETROU, Christos. Guest post – scientific output in the year of Covid. **The Scholarly Kitchen**, 19 Nov. 2020. Disponível em: <https://scholarlykitchen.sspnet.org/2020/11/19/guest-post-scientific-output-in-the-year-of-covid/>. Acesso em 14 de setembro de 2023.

PRAUN, Luci. A espiral da destruição: legado neoliberal, pandemia e precarização do trabalho. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18 n. 3, p. 1-8, 2020.

RAMALHO, Carolina Calmon; ARRUDA, Felipe Augusto de Azevedo Marques; SATO, Leny; HAMILTON, Luana Flor Tavares. Viver na baía: dimensões psicossociais da saúde e do controle no trabalho de teleatendimento. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 19-39, 2008.

RAMALHO, José Ricardo; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; RODRIGUES, Iram Jácome. Mudanças na legislação trabalhista, sindicato e empresas multinacionais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, p. 343-359, 2019.

ROCHA, Raoni; PISTOLATO, Leonardo; DINIZ, Eugênio Paceli Hatem. Precarização do trabalho travestida de modernidade: uma análise da tarefa de entregadores de mercadorias. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, Brasília, v. 21, n. 4, p. 1681-1689, 2021.

SANTOS, Geórgia Patrícia Guimarães dos. Desemprego, informalidade e precariedade: a situação do mercado de trabalho no Brasil pós-1990. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 151-161, 2008.

SCHULTZ, Águida Luana Veriato; DOTTA, Renata Maria; STOCK, Bárbara Sordi; DIAS, Míriam Thais Guterres. A precarização do trabalho no contexto da atenção primária à saúde no sistema prisional. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 12, p. 4407-4414, 2022.

SILVA, Ivan Conceição Martins da; SILVA, Marina Hastenreiter; SANTOS, Mayra Laborda. Condições de trabalho em casa durante a pandemia: uma análise do discurso do sujeito coletivo dos trabalhadores do setor de agências de turismo. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 1-18, 2021.

SILVA, Mauri Antônio. Os reflexos da crise econômica sobre os direitos trabalhistas no Brasil. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 252-272, 2019.

SOUZA, Diego de Oliveira. As dimensões da precarização do trabalho em face da pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, e00311143, p. 1-15, 2021.

SOUZA, Diego de Oliveira; ABAGARO, Camila Pereira. A uberização do trabalho em saúde: expansão no contexto da pandemia de Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 1-15, 2021.

SOUZA, Katia Reis de et al. Diários de professores(as) na pandemia: registros em cadernetas digitais de trabalho e saúde. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, Botucatu, v. 26, e210318, p. 1-16, 2022.

TEIXEIRA, Alessandra; RODRIGUES, Priscila dos Santos. “Limpar o mundo” em tempos de Covid-19: trabalhadoras domésticas entre a reprodução e a expropriação social. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 24, n. 60, p. 170–196, 2022.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Os efeitos econômicos da Reforma Trabalhista. In: KREIN, José Dari; OLIVEIRA, Roberto Véras de; ARAÚJO, Vitor (orgs.). **Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2019. p. 55-80.

TONELO, Iuri; SILVA, Leonardo Mello; FRAMIL FILHO, Ricardo. Os trabalhadores em meio à Covid-19 no Brasil: flexibilidade, precariedade, e a mobilização internacional. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 24, n. 60, p. 140–168, 2022.

TROITINHO, M da C R; SILVA, I. B. da; SOUSA, Maiana Maia; SANTOS, Adriana Damascena da Silva; MAXIMINO, Caio. Ansiedade, afeto negativo e estresse de

docentes em atividade remota durante a pandemia da Covid-19. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 19, e00331162, p. 1-20, 2021.

VARGAS, F. B. Trabalho, emprego, precariedade: dimensões conceituais em debate. **Caderno CRH**, Salvador, v. 29, n. 77, p. 313-331, 2016.

ZOLTOWSKI, A. P. C; COSTA, A. B; TEIXEIRA, M. A. P; KOLLER, S. H. Qualidade metodológica das revisões sistemáticas em periódicos de psicologia brasileiros. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 30, n. 1, p. 97-104, 2014.